

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS  
PÓS GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

**A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO SELETIVO  
NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCENTE REFLEXIVO**

**ANDRESSA CORONEL OVELAR  
KEILA CRISTINA SILVA**

ANÁPOLIS-GO  
2015  
**ANDRESSA CORONEL OVELAR**  
**KEILA CRISTINA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO SELETIVO  
NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCENTE REFLEXIVO**

Artigo apresentado à Coordenação da Faculdade Católica para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob a orientação do Prof. Me. Halan Bastos Lima.

ANÁPOLIS-GO  
2015

**ANDRESSA CORONEL OVELAR  
KEILA CRISTINA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO SELETIVO  
NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCENTE REFLEXIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Pós-graduação em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

APROVADA EM: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ NOTA \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Halan Bastos Lima  
Orientador

---

Prof<sup>a</sup>. Esp. Aracelly Rodrigues Loures Rangel  
Convidada

---

Prof. Dr. José Jivaldo Lima  
Convidado

## **A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO SELETIVO NA CONSTRUÇÃO DE UM DISCENTE REFLEXIVO**

ANDRESSA CORONEL OVELAR<sup>1</sup>  
KEILA CRISTINA SILVA<sup>2</sup>  
HALAN BASTOS LIMA<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este estudo buscou relacionar alguns dos diferentes processos seletivos existentes e suas peculiaridades, partindo de uma visão de como essas informações podem influenciar o discente para uma reflexão acerca do seu direcionamento voltado para determinada instituição, levando-o a considerações significativas sobre sua escolha por um processo que venha de encontro com suas competências. Para tanto, aborda-se a evolução do sistema educacional no Brasil e analisam-se três processos seletivos diferentes e aplicados por diferentes Instituições de Ensino Superior na cidade de Anápolis, destacando-se o perfil destas instituições. Ao término da pesquisa, pode-se concluir que, cada instituição foca em selecionar candidatos que possam desenvolver suas habilidades e competências junto ao ensino que deseja oferecer. Para isto, elas desenvolvem metodologias que garantam sucesso no caminho a percorrer, visando atingir suas metas e objetivos.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. História da Educação. Processo Seletivo.

### **1 INTRODUÇÃO**

As modalidades de ensino superior na cidade de Anápolis no estado de Goiás são dirigidas por universidades, centros universitários, faculdades, institutos

---

<sup>1</sup> Pós-Graduando em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis. andressaovelar@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-Graduando em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis. keilacristinasilva@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. Docente pela Faculdade Católica de Anápolis. fisio\_halan@hotmail.com

superiores e centros de educação tecnológica. Para o sujeito que se mostre empenhado em estudar nas instituições de ensino superior existem variadas formas de acessá-las.

Antes chamado vestibular, o processo seletivo educacional é o modo mais habitual para o acesso ao ensino superior e testa os conhecimentos dos alunos nas disciplinas cursadas no ensino médio. “A palavra vestibular vem do latim *vestibulum*, que significa entrada. Antigamente usava-se a expressão ‘exame vestibular’ (exame de entrada), com o passar do tempo passou-se a usar apenas ‘vestibular’ para designar esse tipo de prova.” (ALVES, 2007). Segundo Frauches, 2013, a partir do decreto 6.096 “substituiu-se “concurso vestibular”, previsto na Lei nº 5.540, de 1998, “por processo seletivo”. Atualmente é através desses processos que as instituições de ensino superior selecionam os candidatos interessados em adentrar para um curso superior, embora existam estabelecimentos de ensino superior que optam por selecionar o candidato através de entrevistas ou sobre informações pessoais e profissionais dos candidatos, como grau de escolaridade, cursos, testes vocacionais, histórico escolar ou experiência e desempenho profissional.

Aos pretendentes que buscam um curso superior é determinada a conclusão do ensino médio. Além disso, os estudantes devem passar por um exame de seleção para o seu curso específico de estudo.

Na cidade de Anápolis a procura pela inserção em um curso de educação superior alterou-se consideravelmente a partir dos anos de 1990. Diante da demanda tornou se imprescindível a introdução de novos centros acadêmicos elevando o número de alunos matriculados nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino. Apesar desse intenso crescimento o percentual de acesso dos jovens que realmente estão preparados emocionalmente e intelectualmente é pequeno.

Neste sentido o presente artigo tem como objetivo descrever a evolução do sistema educacional no Brasil ao longo dos anos; descrever três diferentes processos de seleção aplicados em três instituições, uma pública e duas particulares, na cidade de Anápolis; e como essas informações podem influenciar um discente a uma análise reflexiva acerca da escolha por determinada instituição. A pretensão não é oferecer subsídios que possam ser considerados fechados e sim gerar reflexão acerca do processo seletivo produzir conhecimento a profissionais,

estudantes e interessados nesta área. Para tanto buscamos o referencial teórico a partir do acervo de estudos e pesquisas bibliográficas acerca da temática.

A sociedade contemporânea passa por uma rápida evolução e dentro dessa perspectiva temos essa mesma sociedade direcionando as instituições de ensino a formar indivíduos com mão-de-obra barata. Indivíduos estes que se encontram sem direcionamento e sem escolhas e em conflito com a atual demanda da sociedade, ficando assim expostos a interesses diversos incluindo o sistema que envolve o processo seletivo atual. Pode-se considerar que ocorre mesmo uma relação e que esta relação, sem dúvida alguma, está ligada às condições sociais, políticas e econômicas.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

A Metodologia é o ponto chave do início de uma pesquisa, em que se desvendam os caminhos dela e que darão contorno ao esboço do marco teórico. A metodologia 'inclui as concepções teóricas da abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador' (MINAYO, 2004).

O presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa de campo de caráter exploratório. A escolha das três instituições, uma pública e duas particulares, partiu do fato de apresentarem características diferentes entre si, mas ao mesmo tempo focarem em um único objetivo, oferecer ao candidato uma vaga dentro do ensino superior. Os editais serviram de base para a elaboração da análise apresentada e discutida a seguir, sendo realizada de modo comparativo, não-qualitativo (gerando uma compreensão mais analítica do assunto em questão), desses processos, focando em suas características e particularidades.

Este estudo caracteriza-se como pesquisa exploratório-bibliográfica, devido à escolha da temática que necessita, pela sua complexidade, de uma análise teórica desde os primórdios da educação no Brasil até os dias mais atuais. A amostra desse estudo foi composta por processos seletivos de três Instituições de Ensino Superior (IES) de Anápolis-GO.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### 3.1 EDUCAÇÃO BRASILEIRA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Brasil passou por grandes mudanças com a chegada da família Real ao país, em meados de 1800. Houve um grande impulso no campo da economia, da política e também na educação.

A abertura dos portos a outros países permitiu e expandiu o livre comércio, sendo essa uma medida muito importante para a economia da época. Outras medidas de Dom João estimularam as atividades econômicas do Brasil como: construção de estradas, os portos foram melhorados, [...] promoveu a vinda de colonos europeus. (NATALIA, 2015). Ainda na economia houve o aumento da produção agrícola com o algodão, o açúcar e mais adiante o café, dando assim grande impulso às exportações. No campo político certamente houve as maiores mudanças. Escolhida como sede do império português, o Rio de Janeiro foi o palco para a criação de ministérios, além de outros serviços ligados às atividades do governo, como a instalação da Casa da Moeda e o Banco do Brasil.

Em questão de décadas o país passou de simples colônia de Portugal e coadjuvante a participante principal, e alcançou sua independência em 1822. Na cultura podemos citar a fundação do Museu Nacional, o Real Teatro de São João e a criação da Imprensa Régia, este último muito importante para o desenvolvimento científico da época.

Antes comandadas apenas pelos jesuítas, em meados de 1500, a educação também sofreu consideráveis transformações com a chegada de Dom João e a Família Real. Segundo Natalia (2015),

[...] Nessa época, foram criadas escolas como a Academia Real Militar, Academia da Marinha, a Escola de Comércio, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Academia de belas-artes e dois Colégios de Medicina Cirurgia, um no Rio de Janeiro e outro em Salvador.

Junto a todas essas importantes mudanças houve um crescimento do número de candidatos interessados em cursar o ensino superior, e as vagas, que antes pertenciam somente a elite, começaram a saturar. Devido a esse crescimento houve a necessidade de se implantar os primeiros processos seletivos relacionados à educação.

Recentes pesquisas apontam que, no Brasil, existem mais de 2.300 instituições de ensino, dentre elas 70% são universidades, 25,2% são Centros Universitários, 3,2% são Faculdades e 0,8% são Institutos Federais e Centros de Educação e Formação Técnicas (CENSUP, 2013).

A evolução do sistema educacional, tal como dos processos seletivos ao longo dos anos, tem fornecido cada vez mais aos cidadãos brasileiros a acessibilidade ao ensino superior, haja vista que, o mercado de trabalho atualmente, demanda profissionais cada vez mais qualificados e capacitados para desempenhar as funções oferecidas. Esta evolução será apresentada no quadro abaixo.

**Quadro 1 – Evolução do sistema educacional do Brasil**

<b>ANO</b>	<b>MARCO HISTÓRICO</b>	<b>PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS</b>
<b>1534</b>	Chegada dos padres jesuítas no Brasil	A Companhia de Jesus, fundada por Inácio Loyola em 1534, foi criada em reação à Reforma Protestante e tinha como objetivo alfabetizar colonos, negros, escravos e índios para combater os avanços dos protestantes.
<b>1808</b>	Primeiros exames preparatórios	Os primeiros cursos preparatórios no Brasil foram fundados por D. João VI, membro da Família Real. O ingresso era restrito a estudante da elite, àqueles que estudavam em escolas tradicionais da época.
<b>1890</b>	É criado o Exame de Madureza	Consistia em um exame aplicado no último ano do extinto ginásio e que “media” a cultura intelectual do aluno e que o habilitava para o ingresso na universidade, ou não.
<b>1911</b>	Decretada a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República	Rivadavia da Cunha Correia, em 1911, resolveu criar um exame que selecionasse quem poderia entrar nas universidades públicas. A partir do Decreto-lei no 8.659, de 5 de abril de 1911, estipulou-se que “Para concessão da matrícula, o candidato passará por exame que habilite a um juízo de conjunto sobre o seu desenvolvimento

		intelectual e capacidade para empreender eficazmente o estudo das matérias que constituem o ensino da faculdade”.
<b>1912</b>	Criada a 1ª Universidade – Universidade Federal do Paraná	A Universidade do Paraná foi fundada oficialmente em 19 de dezembro de 1912 e iniciou suas atividades de ensino na segunda quinzena de março de 1913
<b>1915</b>	Os exames passam a se chamar Exames Vestibulares	O decreto 11530 de 18/3/1915 cria a denominação Exames Vestibulares.
<b>1934</b>	Criação da Universidade de São Paulo (USP)	Surgiu da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) com outras já existentes na época, a Escola Politécnica de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Farmácia e Odontologia. Hoje considerada uma das mais importantes do país.
<b>1934</b>	Constituição de 1934	No campo da educação foi a primeira a se preocupar com o desenvolvimento do ensino médio e superior e a primeira a apontar a necessidade da criação de um Plano de Educação para a supervisão e acompanhamento do desenvolvimento da educação em todos os níveis.
<b>1942</b>	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	A partir do decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, feito pelo então presidente da república Getúlio Vargas, foi criado SENAI, que oferecia serviço de formação de profissionais qualificados para serem inseridos nas indústrias.
<b>1961</b>	Primeira Lei de Diretrizes e Bases	Criada para regularizar o sistema de ensino no país tratou aspectos como regulamentação de conselhos estaduais de educação e formação mínima exigida para professores, entre outros.
<b>1968</b>	Lei n. 5540 – classifica o candidato baseado na nota	O critério de nota mínima liberava aprovados acima do limite de vagas, destinadas aos primeiros colocados, enquanto o restante aguardava expansão de oferta. Esses candidatos excedentes

		organizaram um movimento nacional que o governo resolveu com a Lei no 5540, de 1968, o qual foi instituído o sistema classificatório, com corte por notas máximas.
<b>1970</b>	Criou-se a Comissão Nacional do Vestibular Unificado	Foi criado para organizar o sistema no país. Os vestibulares passaram a ter datas distintas e o conteúdo ficou restrito a matérias do ensino médio.
<b>1996</b>	Decretada a Lei de Diretrizes e Bases	Aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases. Nela consta que o ingresso no ensino superior pode ser feito via processo seletivo a critério de cada escola. Esta lei também estabelece que a formação superior é a condição mínima necessária para lecionar.
<b>1997</b>	Lançado o Programa de Informática (ProInfo)	Programa de informática da educação para distribuir 100 mil computadores em escolas.
<b>1997</b>	Lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – primeira tentativa de matriz curricular nacional	Em 1997, foram lançados os documentos referentes aos 1o e 2o ciclos, no ano de 1998 os relativos aos 3o e 4o ciclos, em 1999, foram publicados os PCNs do Ensino Médio e em 2002 os PCN mais.
<b>1998</b>	Lançado o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)	Programa para estimular os espaços de leitura na rede pública
<b>1998</b>	Criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	Inicialmente criado para avaliar a qualidade do ensino no país, ganhou foco e tornou-se um dos principais exames para o ingresso em universidades em todo o país.
<b>2001</b>	Sancionada a Lei nº 10172	Em 9 de janeiro de 2001, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a Lei nº 10172, responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento, criado a cada dez anos, traça diretrizes e metas para a educação em nosso país.
<b>2005</b>	Criada a Prova Brasil para todas as escolas	Foi criada a partir da necessidade de complementar a avaliação do Saeb. É uma

	urbanas	avaliação mais detalhada e é censitária, seus resultados fornecem dados não somente para o Brasil, mas também para cada município e escola participante.
<b>2007</b>	É criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Criado pelo Inep o IDEB é um indicador criado pelo governo federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas.
<b>2013</b>	A Lei nº 12.796	A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), instituindo o ensino obrigatório no Brasil entre quatro e 17 anos de idade e também "dividiu" o ensino em três fases: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
<b>2014</b>	Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024	Este Plano Nacional de Educação foi sancionado no dia 25 de junho de 2014, pela presidenta Dilma Rousseff, e foi aprovado sem vetos presidenciais. A Lei 13.005/2014 define metas e estabelece estratégias à educação nacional para o próximo decênio.

FONTE: Elaborado pelas autoras.

Os dados apresentados representam apenas alguns dos fatos importantes que ocorreram em toda a evolução do sistema educacional do Brasil desde o tempo do Império. Percebe-se que essa transformação está sempre ligada a fatores políticos dos períodos em questão. Inicialmente comandadas pelos jesuítas, as primeiras escolas tinham como objetivo educar e alfabetizar negros, índios, escravos e colonos para que eles pudessem, junto aos jesuítas, combater a Reforma Protestante.

Somente após a vinda de D. João VI e a família Real ao Brasil a educação e a cultura ganharam foco. Para atender às necessidades da corte foram criadas instituições culturais e científicas, além dos primeiros cursos superiores. Diante dessa informação constata-se a deficiência do ensino no Brasil nesta época, e a necessidade de se investir em novos modelos de educação. Percebe-se que estes trazidos pela família real foram inspirados em sistemas já existentes em outros países, como os da Europa, por exemplo.

A independência do Brasil em 1822 trouxe mudanças no panorama sócio-político do país, que se estenderam também para as políticas educacionais. Neste período foi debatida a criação de universidades no país, que só vieram surgir anos depois com as mudanças que ocorreram com o pós-guerra, em meados de 1920. A Universidade de São Paulo, criada em 1934, com um projeto consistente, iniciou uma ascensão significativa na trajetória cultural e científica do país, havendo um retrocesso com a instauração do Estado Novo em 1937, que viria a cair em 1945 e daria início a um novo ciclo no sistema educacional do país. A primeira Lei de Diretrizes e Bases, de 1961 foi criada para regularizar o sistema educacional no Brasil, seguida de uma versão em 1971 que vigorou até 1996, ano da promulgação da mais recente.

Os processos seletivos para ingresso em universidades também sofreram mudanças ao longo de todos esses anos. Segundo Alves (2007) “Até o início do século XX, as universidades brasileiras eram ocupadas por estudantes de colégios tradicionais como o Dom Pedro II no Rio de Janeiro” sem qualquer tipo de seleção, entretanto com o crescimento do número de candidatos percebeu-se a necessidade de realizar algum processo que elegeesse os melhores alunos para tais vagas. Hoje, de modo geral, os vestibulares, ou processos seletivos, se baseiam em provas bem elaboradas e estruturadas com questões que envolvem diversas áreas do conhecimento.

O crescimento do número de universidades no país também colaborou para o desenvolvimento dos processos de seleção. Atualmente o Enem é um dos processos seletivos de grande importância no país, pois é utilizado como forma de acesso a diversas universidades em todo o Brasil. Os resultados obtidos, além de garantirem a alguns candidatos vagas no Ensino Superior, valem pontos aos interessados no Programa Universidade para todos (PROUNI) e, desde 2009 servem de certificação de conclusão de Ensino Médio.

A história da educação no Brasil deve estar presente em todo sistema de ensino brasileiro, pois esta evolução, com suas inúmeras fases, construiu o saber nacional. A história da educação brasileira foi marcada não somente por grandes acontecimentos sociais e políticos, mas também pela negligência do poder público diante das necessidades de cada época. Diante das grandes mudanças, transformações sociais e da globalização, houve a necessidade de investimento na

evolução da educação brasileira, buscando uma adequação às demandas sociais. Essa evolução faz parte do desenvolvimento social de um país que busca a democratização e a universalização do conhecimento investindo na organização e qualificação do sistema educacional.

A educação tem um significado importantíssimo para a evolução do indivíduo, trazendo-lhe perspectivas de avanços que o conduzirá a novas possibilidades no futuro. Deve-se considerar que, na busca em diminuir a desigualdade social é imprescindível que esta seja reconhecida como um instrumento de conhecimento e transformação, contribuindo assim para um crescimento voltado para a cidadania e humanização.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 OS DIFERENTES PROCESSOS DE SELEÇÃO E SUAS PARTICULARIDADES**

Atualmente, organizações e instituições de diferentes naturezas estão recorrendo a processos de seleção como forma de recrutar e selecionar candidatos com perfis específicos e direcionados aos cargos que oferecem. Esta é a finalidade de um processo seletivo. Eles se caracterizam de várias maneiras. Podem ser feitos através de entrevistas, triagem, dinâmicas, análise de currículo e histórico escolar, avaliação psicológicas, provas, entre outros. Para Baylão (2014 apud CHIAVENATO, 2009, p. 12) “tanto o recrutamento quanto a seleção fazem parte de um processo maior que é o de suprir e prover a organização de talentos e competências necessários à sua continuidade e sucesso em um contexto altamente dinâmico e competitivo”.

No sistema educacional, para ingresso no Ensino superior, este processo se caracteriza por ser “um exame capaz de selecionar indivíduos dispostos a investir em aperfeiçoamento pessoal progressivo e dotados de criatividade e de gosto pela investigação” (SILVEIRA, 2009, p. 32).

Em Anápolis diferentes processos seletivos são aplicados em diversas universidades com intuito de selecionar candidatos a vagas oferecidas nos mais variados cursos. Três universidades foram escolhidas para serem analisadas neste estudo. Elas serão denominadas **Instituição A**, **Instituição B** e **Instituição C**. Todo

o processo seletivo das três instituições estará detalhado no quadro comparativo abaixo.

Quadro 02 – Processos de Seleção

<b>OCORRÊNCIA</b>	<b>INSTITUIÇÃO A</b>	<b>INSTITUIÇÃO B</b>	<b>INSTITUIÇÃO C</b>
<b>Ocorrência</b>	duas vezes ao ano	duas vezes ao ano	duas vezes ao ano
<b>Inscrições</b>	Poderão ser feitas apenas pela internet e somente por pessoas que possuem o Cadastro de Pessoa Física.	Feitas online pelo website da Universidade	As inscrições poderão ser realizadas pelo site da universidade ou no balcão da secretaria de cada unidade.
<b>Número de opções de curso a qual o candidato pode escolher</b>	O candidato poderá se inscrever em até duas opções de curso dentre os descritos no edital, selecionando 1ª opção e 2ª opção, com exceção do curso de arquitetura que não consta na lista de 2ª opção de curso.	O concorrente poderá escolher até dois cursos, priorizando somente um deles.	Oferece apenas uma escolha de opção de curso
<b>Tipos de candidato</b>	Podem ser concorrentes ou treineiros, este último não concorre à vaga por se tratar de uma opção apenas para avaliar conhecimentos,	Concorrentes	Concorrentes
<b>Tipos de Prova</b>	Prova objetiva, redação e prova de habilidade específica	Prova objetiva, redação e prova de habilidade específica	Prova objetiva e redação
<b>Descrição da prova</b>	A prova objetiva se	O número de	É composta de uma

<b>objetiva e redação</b>	constituirá de 52 (cinquenta e duas) questões contextualizadas e interdisciplinares de múltipla escolha, e uma redação.	questões da prova varia de acordo com o curso optado pelo candidato dentro das quatro áreas determinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e soma-se a ela a aplicação de uma redação.	prova objetiva com 20 (vinte) questões, sendo 10 (dez) questões de interpretação de texto e de conhecimento gerais e atualidades e de uma prova discursiva, composta de uma redação.
<b>prova de habilidade específica</b>	Aplicada apenas no curso de arquitetura, composta por dez (10) questões relacionadas ao curso.	Aplicada para o curso de Arquitetura e Urbanismo	Nada Consta
<b>Prova língua estrangeira</b>	O candidato poderá escolher entre língua inglesa ou língua espanhola, com exceção do curso de Letras no qual a aplicação da prova de língua inglesa é obrigatória.	O candidato pode escolher entre Língua Inglesa ou Língua Espanhola.	Nada Consta
<b>Tempo de realização das provas</b>	Para realizar a prova objetiva e a redação o candidato terá quatro horas e 10 (dez) minutos, podendo deixar o recinto apenas 40 minutos após iniciada a prova. Para os portadores	Os candidatos terão quatro horas para realizar as provas. Este tempo é diferenciado para a realização das provas de alguns cursos desta instituição, conforme declarado no edital.	A duração da prova será de duas horas e 30 minutos, sendo possível deixar o recinto apenas após 60 minutos decorridos.

	de necessidades especiais o horário é diferenciado.	Os candidatos podem retirar-se da sala somente 30 minutos antes do horário limite.	
<b>Pontuação das provas</b>	A pontuação máxima de um candidato é de 200 (duzentos) pontos, podendo ser no máximo 130 (cento e trinta) da prova objetiva e 70 (setenta) da redação, observando que o peso das questões varia para cada curso.	Os pontos obtidos serão o resultado da soma de pontos alcançados em todas as provas, depois de aplicados os respectivos pesos, a pontuação deverá ser entre 1.000 (um mil) e zero, exceto para o curso que contém prova de habilidade específica.	A nota da redação será avaliada por uma prova valendo de zero a dez sendo que zero implicará em desclassificação; a prova objetiva conterá questões de múltipla escolha onde cada uma valerá um ponto totalizando 20 (vinte), a soma de ambas totalizarão 30 pontos, pontuação total da prova.
<b>Classificação</b>	Os candidatos serão classificados por curso, cidade, turno e opção, conforme número de vagas oferecidas.	A classificação será feita em ordem decrescente, segundo os pontos obtidos das somas alcançadas com as provas, depois de aplicados os devidos pesos e observados os critérios de desempate.	Os candidatos serão classificados na ordem decrescente dos pontos obtidos, sendo convocados os que obtiverem maior número de pontos, no limite das vagas oferecidas
<b>Critério de Desempate</b>	Em caso de empate, prevalecerão, sucessivamente, para efeito de	O critério de desempate primeiramente é de acordo com a nota	Os critérios de desempate seguem esta ordem: Maior nota da redação,

	classificação final, os seguintes critérios: Maior nota na redação, Idade mais elevada.	obtida na redação, persistindo o empate eles variam de acordo com o curso, podendo ser a partir da nota obtida na prova objetiva ou de habilidade específica, se houver.	maior nota da prova objetiva e maior idade.
<b>Revisão de prova</b>	Os recursos deverão ser solicitados online, através do website da instituição.	Não haverá revisão de prova.	Não serão concedidas vistas ou revistas de provas.
<b>Número de chamadas</b>	Os candidatos excedentes (não eliminados) poderão, ainda, ser convocados em até 4ª chamada. Após as chamadas, havendo vagas remanescentes estas serão cedidas aos inscritos e pontuados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).	Depois de encerrado o prazo para a primeira chamada dos candidatos classificados excedentes, a convocação será estendida ao candidato classificado neste vestibular ou em um dos vestibulares anteriores, que declarar interesse em vaga remanescente. Permanecendo vagas remanescentes, serão ofertadas tantos vestibulares continuados em outros dias e	Havendo vagas remanescentes haverá novas chamadas.

		horários, quanto forem necessários, visando o total preenchimento das vagas.	
<b>Sistema de Cotas</b>	O candidato que se inscrever pelo sistema de cotas estará primeiramente concorrendo às vagas do sistema universal e somente depois às reservadas ao sistema de cotas. Fazendo uma única opção, ele poderá se enquadrar dentre os seguintes critérios: oriundos da rede pública de educação básica, indígenas, com deficiência ou negros, para este último se faz necessário uma avaliação do CAPC/UEG.	Nada Consta	Nada Consta
<b>Outras formas de ingresso: PROUNI, ENEM, outros.</b>	Após realizadas todas as chamadas, havendo vagas remanescentes estas serão cedidas aos inscritos e pontuados do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem.	Esta instituição disponibiliza à comunidade acadêmica diversos programas de bolsas, Programa Universidade para todos (PROUNI), BOLSA	O candidato poderá optar pela análise do seu histórico escolar ou utilizar os pontos obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem em substituição à prova objetiva, sendo

		<p>FILANTROPIA, Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), Financiamento Estudantil) FIES e BOLSA EMPRESARIAL, sendo a questão social e econômica o critério comum avaliado para a concessão dos benefícios. O candidato poderá utilizar os pontos obtidos no Exame Nacional do ensino Médio - Enem - como forma de ingresso, uma vez feita essa opção ele não realizará a prova. Esta opção não se aplica a todos os cursos oferecidos.</p>	<p>possível utilizar este último também para substituir a redação. Obedecendo à Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, esta instituição oferece ingresso através do PROUNI.</p>
--	--	---	--

FONTE: Pesquisa de Campo (2015).

A necessidade de verificar se um candidato está preparado suficientemente para ingressar em um curso superior tem levado instituições a buscarem novas metodologias e procedimentos na aplicação dos processos seletivos.

Discorrendo sobre os três processos citados acima no quadro comparativo, é possível observar que eles apresentam diversos pontos semelhantes no que diz respeito ao processo em si. A divulgação e as informações contidas nos editais, os modelos de provas aplicadas, as exigências de modo geral, são algumas

delas. Essas semelhanças, para o candidato, se tornam importantes, pois constituem uma forma de padronização dos processos, sugerindo assim uma segurança ao discente. Entretanto foi possível verificar que uma das instituições restringe seu edital a poucas informações, podendo gerar dúvidas ao candidato.

A apresentação das informações ao candidato é feita através de editais divulgados online por cada instituição. Segundo Lima (2014, p. 09),

[...] o Edital é um instrumento de comunicação oficial. Por meio dele a administração dá conhecimento de algo de seu interesse. Essa comunicação é uma exigência legal baseada no princípio da publicidade dos atos administrativos [...] pode ser considerado a lei interna do concurso.

Em seus estudos Marqueti (2013) afirma que o edital deve trazer regras claras e objetivas, haja vista que os dados nele contidos contribuem para uma análise detalhada que vem a auxiliar na reflexão do candidato por uma decisão.

Foi possível observar que, todas as instituições aplicam seus processos seletivos duas vezes ao ano, oferecendo mais oportunidades aos candidatos, e que as três instituições possuem mais de uma forma de seleção dentro de todo o processo seletivo, mostrando com isso flexibilidade para atender candidatos com diferentes especificidades. A prova é comum a todas.

No início, e por durante muito tempo, as provas variavam de faculdade para faculdade, mas continham quase sempre duas grandes matérias: línguas (português e uma língua estrangeira) e ciências (o equivalente hoje a matemática, física e química) (MOTOMURA, 2005). Essas provas eram escritas e orais. As transformações políticas ocorridas no país nesse período acarretaram um aumento no número de candidatos ao vestibular e “o grande contingente de candidatos provocou mudanças nos exames vestibulares. Houve a supressão das provas orais e a introdução das chamadas provas objetivas” (FRAGA, 2001, p. 32).

As provas objetivas das três instituições analisadas se apresentam de maneiras diferentes e se distinguem tanto no formato como no nível de exigência de conhecimento. Na **Instituição A** ela se constitui de 52 questões contextualizadas e interdisciplinares de múltipla escolha; na **Instituição B** o número de questões varia de acordo com o curso optado pelo candidato determinada pela área de atuação; e por fim, na **Instituição C** a prova objetiva é composta por 20 questões, sendo 10 de interpretação de texto e as outras 10 de conhecimentos gerais. Essas diferenças de

estrutura, nível de conhecimento e exigência são de extrema importância para o candidato, pois essa informação interfere no modo como ele irá se preparar para a realização desta.

Como já mencionado acima, uma das provas aplicadas nos vestibulares, desde o início de sua existência, era a de Língua Estrangeira. Segundo Fraga (2005, p. 23), “o conhecimento de língua estrangeira (francês, inglês, alemão e latim) era solicitado de acordo com o curso escolhido, não existindo nessa época referência à língua espanhola”. Entretanto, a lei 5.692 de 1971 não deu a devida importância para o ensino de língua estrangeira nas escolas. O artigo 8º diz em qualquer grau, poderão organizar-se classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento, para o ensino de língua estrangeira (BRASIL, 1971), constatando-se assim a não-obrigatoriedade do ensino. Entretanto, a partir de 1977 o Conselho Federal de Educação voltou a incluir a língua estrangeira moderna no segundo grau, tendo como um dos argumentos o fato de que os vestibulares continuavam exigindo essa disciplina (FRAGA, 2005 apud SANTOS, 1988).

As provas de língua estrangeira, segundo os editais analisados, são aplicadas por duas **Instituições, A e B**. Em ambas as instituições o candidato deverá expressar sua escolha, no ato da inscrição, entre língua inglesa ou língua espanhola. Notou-se que na **Instituição A**, a aplicação de prova de língua inglesa se faz obrigatória para o candidato que optar pelo curso de Letras.

Um terceiro tipo de prova, encontrado em apenas duas **Instituições, A e B**, foi a prova de habilidades específicas, ambas para o curso de Arquitetura. Para Rodrigues (2011) essas provas nada mais são testes que examinam a capacidade do candidato em utilizar ferramentas usuais da graduação. A nota obtida nesta prova pode servir como critério de desempate.

Nos últimos anos ações afirmativas para a educação vêm sendo apresentadas pelo governo numa tentativa de garantir a inclusão de classes menos favorecidas, dentro do ensino superior. O sistema de cotas é um deles. Segundo Matos (1998 apud GOMES, 2001, p. 11), as ações afirmativas:

[...] consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.

Seguindo os editais, este sistema é exposto em apenas na **Instituição A**. A Lei nº 14.832, de 12 de julho de 2004, fixa cotas às instituições de educação superior integrantes do Sistema Estadual de Educação Superior do Estado de Goiás, e fornecem aos alunos da rede pública, negros, indígenas e aos portadores de deficiência, uma forma diferenciada de ingresso. Apesar de ainda existirem muitos debates contra e a favor sobre este tema, para GRISA (2014) essas medidas não qualificam apenas a vida de quem a usufrui diretamente, mas elas também oxigenam a universidade e representam um aperfeiçoamento da nossa democracia de baixa intensidade no que tange a igualdade material. Nenhuma lei de cotas é aplicada com obrigatoriedade à instituições particulares de Ensino Superior.

Inicialmente criado apenas para avaliar os estudantes do Ensino médio em todo o país, o Enem, Exame Nacional do Ensino Médio, tem ganhado cada vez mais proporção e vem sendo utilizado por diversas universidades em todo o Brasil como forma de ingresso ao Ensino Superior, incluindo as três instituições analisadas.

Para Bolan (2013, p. 43) esse sistema,

[...] mesmo com algumas deficiências reforça o conceito de que é preciso haver um acompanhamento do rendimento escolar, um monitoramento de como os estudantes estão se saindo na capacidade de absorção do conhecimento recebido. E isso de uma certa forma pode servir para estimular os melhores alunos a se esforçarem mais, para obterem não apenas boas notas, mas a garantia de que irão prosseguir seus estudos, na universidade.

Entretanto, a utilização das notas do Enem é particular a cada uma das instituições e todas elas apresentam aplicações diferentes entre si, que certamente interferem na decisão do estudante ante o processo ao qual ele quer se submeter. Outros programas de bolsas podem ser encontrados nos processos seletivos analisados. Obedecendo à Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 o PROUNI está presente em duas instituições. Outros como OVG, Bolsa Filantropia, Financiamento Estudantil - FIES e Bolsa Empresarial foram encontradas apenas em uma.

A utilização do histórico escolar como forma de acesso ao Ensino Superior se apresenta em somente um dos processos seletivos e ele pode substituir a prova objetiva como forma de avaliação, sendo ainda assim obrigatória a realização da redação em língua portuguesa.

O número de realização de chamadas extras é um ponto favorável às instituições e consideravelmente importante aos candidatos. Elas se apresentaram em todos os processos analisados de maneiras diferentes, e oferecem chances extras aos que, por alguma razão, não foram aprovados em chamadas anteriores. Apenas uma das instituições oferece a opção do candidato realizar a prova como treineiro, sem concorrer à vaga, somente para que teste seus conhecimentos. Certamente essa é uma forma positiva de introduzir o candidato à instituição e dar chances para que ele se prepare para quando fizer o vestibular de forma concorrente.

A quantidade de cursos oferecidos que o candidato pode optar pode ser um diferencial na escolha do mesmo pela instituição na qual quer ingressar. As **Instituições A e B** oferecem até duas opções de cursos, aos quais pode se candidatar numa única prova, priorizando apenas uma delas, apresentando suas próprias regras para tais escolhas e aplicações. Um ponto comum a todos os processos é a utilização dos pontos obtidos na redação em língua portuguesa como critério definidor em uma situação de empate.

A redação hoje é vista como ponto forte no processo seletivo. Segundo Esvael (2011, p.19),

Apesar de a redação ter sido obrigatória nos exames vestibulares a partir do decreto 79.298 de 24/02/77, a discussão sobre essa prática está presente desde a década de 1960, por ocasião das discussões sobre a (in)eficiência dos exames vestibulares na seleção de candidatos bem preparados para ingressar no ensino superior.

No vestibular exige-se que o candidato desenvolva sua própria produção textual na qual serão avaliadas competências como compreensão de texto, argumentação lógica ao tema proposto, domínio da língua culta, entre outros, todos pontos valorizados por profissionais no mercado de trabalho.

Para Silva (1998 apud ROCCO, 2002, p. 52),

Quem é capaz de produzir um bom texto demonstra operações mentais sofisticadas. Quando o candidato estabelece relações e utiliza um vocabulário próprio, revela maturidade para a vida, para as outras disciplinas e para o crescimento como cidadão.

Nos processos analisados, percebe-se que todos apresentam a redação como principal critério de desempate, seguido de outros, tais como: pontuações obtidas em provas objetivas e de habilidades específicas, e até mesmo a própria idade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a realização desta pesquisa é possível concluir que, cada instituição analisada objetiva selecionar candidatos que possam desenvolver suas habilidades e competências junto ao ensino que deseja oferecer. Para isto elas procuram desenvolver metodologias que garantam sucesso no caminho a percorrer, visando atingir suas metas e objetivos. Diante disto, oferece informações importantes e essenciais que levam o discente a uma reflexão sobre suas expectativas quanto à qualificação que a instituição deseja oferecer.

Verificou-se que as características de cada processo acabam por ter um caráter que define o perfil do futuro aluno que a instituição deseja que ingresse. Observa-se que o nível de exigência das provas das **Instituições A e B** demandam um preparo maior do candidato por serem mais extensas e abrangerem diversas áreas do conhecimento, principalmente conteúdos do ensino médio, e também por aplicarem provas de habilidades específicas para determinados cursos. A partir disso constatou-se que voluntariamente essas instituições acabam selecionando os mais bem preparados para se desenvolverem e crescerem junto a elas.

Entretanto a **Instituição C** utiliza de um método de seleção não encontrado nas demais, a análise de histórico escolar, e com este modelo notou-se que a instituição tem como objetivo, diferentemente dos demais, proporcionar oportunidades mais imediatas a quaisquer indivíduos que tenham terminado o ensino médio, focando no potencial de cada candidato e oferecendo a ele todos os subsídios necessários para que ele consiga concluir o curso de sua escolha com êxito e satisfação, refletindo assim um ensino de qualidade por parte da instituição.

Um dos pontos positivos observados foi o fato de todas as instituições utilizarem redações como parte do processo. Isso acaba refletindo de maneira positiva dentro das escolas pois elas acabam exigindo que discentes pratiquem mais o hábito da leitura e das produções textuais dentro de sala de aula, haja vista que as

notas alcançadas com as redações tem caráter eliminatório, classificatório e também podem servir como critério de desempate.

Verificou-se que outro ponto comum a todas as instituições é a utilização do Enem como uma das formas de ingresso ao ensino superior. Anteriormente o estudante deveria se inscrever para o processo de cada instituição separadamente, entretanto o Enem vem facilitando este ingresso, pois o candidato poderá utilizar a pontuação alcançada neste processo para se inscrever no SISU e escolher, dentre as instituições cadastradas em todo o país, aquela que mais se encaixa no perfil esperado, e dentro das regras de cada uma poderá ser classificado para frequentar o curso de sua escolha.

O governo vem fazendo grandes investimentos na área da educação nos últimos anos, criando programas educacionais, ampliando programas de financiamentos e bolsas, entre outros. Mas muito ainda precisa ser trabalhado nessas questões. Programas como o Fies, por exemplo, têm proporcionado a muitos estudantes a chance realizarem o sonho do diploma do ensino superior e a possibilidade de uma profissão ou uma carreira para o seu crescimento, entretanto eles ainda nos trazem um sentimento de instabilidade, pois em momentos de crise, como o que estamos vivendo atualmente, muitos investimentos em todas as áreas, inclusive na educação, são cortados ou reduzidos e isso pode acabar gerando dúvidas com relação à continuidade desses incentivos à educação no país, como de fato vêm acontecendo.

As instituições de ensino superior vêm se remodelando ao longo dos anos e cada vez mais se adequando à realidade política e social do nosso país. Com o desenvolvimento do país houve um aumento na exigência de mão de obra qualificada devido à demanda do mercado, e isso levou o governo a investir cada vez mais na educação superior, proporcionando assim oportunidades que antes eram limitadas a uma determinada parte da população.

É evidente a importância que o processo seletivo, tem na vida de um cidadão que deseja cursar um curso superior, pois esse é o primeiro passo para se alcançar esse objetivo. Não menos importante é a atitude das instituições em caminharem junto a este desenvolvimento dentro do panorama educacional, podendo assim contribuir para a formação de cidadãos preocupados e conscientes de seu papel na sociedade.

## ABSTRACT

### THE IMPORTANCE OF THE SELECTION PROCESS IN CONSTRUCTION OF A REFLECTIVE STUDENT

This study aimed to relate some of the different selection processes and their peculiarities, based on a vision of how this information can influence the students in a discussion about their direction facing particular institution, taking it to significant aspects about their choice of a process that comes from meeting with their skills. It does explores the evolution of the educational system in Brazil and analyzed three different selection processes and applied by different higher education institutions in the city of Anápolis, highlighting the profile of these institutions. At the end of the survey, it can be concluded that each institution focuses on selecting candidates who can develop their skills and expertise with the education they wish to offer. For this, they develop methodologies to ensure successful way in order to reach your goals and objectives.

Keywords: Higher Education. History of Education. Selective process.

## REFERÊNCIAS

ALVES, S. B. **A origem do vestibular no Brasil.** (s.d.) Disponível em <http://vestibular.brasescola.com/especial/a-origem-vestibular-no-brasil.htm>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BAYLÃO, A. L. S.; ROCHA, A. P. S. **A Importância do Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal na Organização Empresarial.** Outubro, 2014.

BOLAN, V. **A importância do Enem.** 2013. Disponível em: <[http://www.folhamp.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1612:a-importancia-do-enem&catid=94:artigos&Itemid=163](http://www.folhamp.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1612:a-importancia-do-enem&catid=94:artigos&Itemid=163)>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF.

ESVAEL, E. V. S. **A Construção de um ponto de vista dominante na escrita de pré-universitários.** São Paulo, 2011. 244f. (Pós –Graduação em Filologia e Língua Portuguesa – Universidade de São Paulo).

FRAUCHES, C.da C; FAGUNDES, G. M. **LDB anotada e comentada.** 2013. Digital Books Editora Ltda.

FRAGA, S. M. R. **Língua estrangeira moderna no vestibular: Que conhecimento linguístico é exigido nas provas de língua espanhola?** Porto Alegre, 2001. (Pós-graduação em Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

GRISA, G. **Cotas nas universidades Brasileiras.** 2014. Disponível em: <<http://lounge.obviousmag.org/augere/2014/08/cotas-nas-universidades-brasileiras-entrevista-para-caros-amigos---gregorio-grisa.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015

LIMA, R. F. **Saiba como ler um edital de concurso.** 2014. Disponível em: <<http://comopassaremconcurso.com.br/saiba-como-ler-um-edital-de-concurso/>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

MARQUETI, J. **A importância do estatuto dos concursos públicos.** 2013. Disponível em: <<http://jcconcursos.uol.com.br/portal/noticia/concursos/artigo-concurso-damasio-51636.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

MATOS, L. M.S. et al. **Avaliação do sistema de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas e afrodescendentes na Universidade Estadual de Londrina.** Londrina, 2007. 16f. Universidade Estadual de Londrina.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8a ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOTOMURA, M. **Quem inventou o vestibular?** 01 out. 2005. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/invencao-vestibular-398694.shtml>. Acesso em 10 jul. 2015.

NATALIA, L. **Vinda da família real ao Brasil.** 2015. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/vinda-da-familia-real-ao-brasil>. Acesso em: 2 set. 2015.

RODRIGUES, M. **Habilidade específica.** (s.d) Disponível em: <http://www.alunosonline.com.br/vestibular/habilidadeespecifica.html>. Acesso em: 10 jul. 2015

SACONI, R. **Vestibular nasceu no Brasil em 1911.** 2013. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral%2cvestibular-nasceu-no-brasil-em-1911%2c1090702>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

SILVA, C. **Ações afirmativas em educação.** 2ed. São Paulo: Editora Selo Negro, 2003

SILVEIRA, A. L. C. **O vestibular como mecanismo de seleção para o acesso ao ensino superior: um estudo na Escola Nacional de Agronomia (ENA) da Universidade Rural do Brasil (URB), na década de 1960.** Porto Alegre, p. 192, 2009.